FEMINISMOS CONTRA-HEGEMÔNICOS EM CONTEXTOS DE LUTA PELA TERRA: APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA A PESQUISA COM MULHERES SEM TERRA

COUNTER-HEGEMONIC FEMINISMS IN CONTEXTS OF STRUGGLE FOR LAND: THEORETICAL-METHODOLOGICAL NOTES FOR RESEARCH WITH LANDLESS WOMEN

Flávia Pereira Machado [1]

Resumo: O presente artigo articula-se às reflexões circunscritas à escrita da minha tese de doutoramento acerca dos agenciamentos feministas de mulheres sem-terra em Goiás no tempo presente (1990-2020). Assim, ao delimitar como interlocutoras da pesquisa, mulheres sem-terra em contexto de luta pela terra e luta na terra, me desloco dos campos teóricos e metodológicos percorridos tradicionalmente pela História, enquanto disciplina, para possibilitar visibilidade e audibilidade a estas sujeitas até então silenciadas pelas narrativas históricas e historiográficas. Para tanto, proponho um movimento dialógico entre o fazer histórico, as teorias feministas hegemônicas e contra hegemônicas e as epistemologias do Sul global, no intuito de desvelar os entrecruzamentos entre os feminismos contemporâneos e os movimentos de luta pela terra no Brasil, especificamente, o MST, no sentido de identificar as narrativas feministas produzidas no bojo deste.

Palavras-chave: Feminismos contra hegemônicos; Metodologia de pesquisa; Mulheres sem-terra.

Abstract: This article is articulated to the reflections limited to the writing of my doctoral thesis about the feminist agencies of landless women in Goiás at the present time (1990-2020). Thus, in delimiting as interlocutors of research, landless women in the context of struggle for land and struggle on land, I move from the theoretical and methodological fields traditionally traversed by history, as a discipline, to enable visibility and audibility to these subjects hitherto silenced by historical and historiographic narratives. To this end, I propose a dialogical movement between the historical making, hegemonic and counterhegemonic feminist theories and epistemologies of the global South, in order to unveil the intertwining between contemporary feminisms and land struggle movements in Brazil, specifically, the MST, in order to identify the feminist narratives produced in its bulge.

Keywords: Feminisms against hegemonic; Research methodology; Landless women.

[1] Doutoranda em História (PPGH/UFG), Brasil. Docente no IFG/CAMPUS GOIÂNIA, Membra do GEPEG/FH/UFG e pesquisadora do ANÔMALOS. E-mail: flavia.ifg.machado@gmail.com.

ESCREVIVÊNCIAS E ESCRITAS DA(S) HISTÓRIA(S): ALGUMAS REFLEXÕES INICIAIS

> *As histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode a invenção* (Conceição Evaristo, "*Becos da Memória*", 2017).

> *Escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela: os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla. Porém neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida* (Glória Anzaldúa, "*Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*", 2000).

Escrever história(s) é um processo de escuta, experimentação e de racionalização. Misturam-se experiências minhas e de outras/os que narram suas vidas, seus sonhos, suas dores e que se decompõem em minhas mãos em palavras escritas. Transformar estas vivências em texto dentro das normas e métodos estabelecidos pelos cânones acadêmicos é um desafio e requer algumas viragens e transposições. Em busca de uma "ponte" entre o real vivido/sentido e as projeções acadêmicas/escritas me acerco da forma narrativa construída por Conceição Evaristo, a *escrevivência*, que entremeia a vivência da autora e dos seus, em busca da "primeira narração, a que veio antes da escrita" (EVARISTO, 2017, p. 11). Na construção da trama se entrecruzam memórias, identidades e saberes que são partilhados em comunidade e em comunicação com o mundo circundante, não apenas "traduzidos" na escritura, mas confundidos e reconfigurados na tessitura de uma outra linguagem.

Desta maneira, envolta nas primeiras narrativas orais coletadas junto às minhas interlocutoras, mulheres sem terra em Goiás, sou instigada a todo instante a confrontar privilégios, preconceitos e certezas estabelecidas *a priori*, haja vista que são vidas e formas de narrar histórias que extrapolam as metodologias da ciência histórica, já que "busco a voz, a fala de quem conta, para se misturar à minha" (EVARISTO, 2017, p. 11).

Entrelaçada nesta trama construída por cada narrativa me transmuto de um contexto urbano e acadêmico, em que me localizo enquanto mulher, mãe, feminista, branca, classe média, professora, pós-graduada, entre outros marcadores, para desvendar suas inscrições enquanto mulheres na luta pela terra e na luta na terra[2]. É necessário que se reconheça que a minha escrita se dá a partir de um lugar e de um saber que é corporificado e localizado (HARAWAY, 1995). Assim, em diálogo com estas interlocutoras demanda-se a produção de uma epistemologia situada e localizada (cf. HARAWAY, 1995; COLLINS, 2016; KILOMBA, 2019), que possibilite audibilidade e

[2] Esta forma de demarcar as mulheres acampadas (em luta pela terra) e as mulheres assentadas (luta na terra) é referenciada em Marisa de Fátima Lombas de Farias (2011).

visibilidade para suas vozes dissonantes, ao mesmo tempo em que se entrecruza com minha própria voz a partir deste lugar que ocupo. Este lugar direciona as minhas escolhas teóricas e metodológicas por meio da reflexividade da própria posição feminista e científica assumida pelo eu-pesquisadora.

Destarte, compreendo por epistemologias situadas e localizadas a intersecção entre o conhecimento histórico, as teorias feministas e as epistemologias do Sul global, que potencializam a constituição de epistemologias feministas contra hegemônicas. Estas emergem a partir das críticas ao feminismo hegemônico alçado nas margens do Sul, implicando não apenas na incorporação de novos/as sujeitos/as e temáticas, mas na constituição de novas formas de produção de conhecimentos a partir dos saberes e epistemes locais. Deste modo, a proposta do presente artigo centra-se em evidenciar como tais debates propulsionam novas escritas, narrativas e formas de produzir pesquisas que extrapolam as dimensões desta cartografia do conhecimento convencionalmente aportada em bases brancas, ocidentais, euro centradas, masculinizadas, androcêntricas, heteronormativas e pretensamente universalistas. Especificamente, direciono a discussão à compreensão dos feminismos em meio a estas críticas de maneira a evocar as ações/experiências das mulheres sem-terra como constituídas e constitutivas de práticas feministas.

"E EU NÃO SOU UMA MULHER?": REFLEXÕES ACERCA DOS FEMINISMOS HEGEMÔNICOS E CONTRA HEGEMÔNICOS

> *Maria que é capaz de abrir pote; que é capaz de carregar o pote, de construir seu próprio pote./ Maria que carrega no corpo o corpo da humanidade; que carrega em seu peito o leite que dá vida a outras vidas./ Maria que nem sempre por prazer, proporciona prazer, para ver feliz quem ela ama./ Maria que por amor se entrega, sonha e luta. Maria que tantas vezes não dorme, não come, não sorri, mas, espera...Maria que produz e gera economia, que tece os fios de sua própria história/ Maria que chora; que não sabe por onde começar, mas recomeça. / Maria que não precisa ser Maria homem, Maria João ou Maria José; que escolhe um homem por amor e não por dependência, Maria guerreira, Maria forte, Maria capaz* (Kennya Silva, 2017[3]).
>
> *Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo/ As negras duelam pra vencer o machismo, o preconceito, o racismo/ Lutam pra reverter o processo de aniquilação/ Que encarcera afrodescendentes em cubículos na prisão/ Não existe lei*

[3] Kennya Silva é o pseudônimo da agricultura Gracivan da Silva Santos Pereira, moradora do Assentamento Tupã em Xinguara, Pará, foi ganhadora do concurso "Vozes, Imagens, Experiências e Histórias de Mulheres Rurais", realizado em 2017, no âmbito da campanha Mulheres Rurais, Mulheres com Direitos, em sua 2ª edição. As informações acima e a poesia foram extraídas do sítio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/noticias/produtora-rural-do-interior-do-para-traduz-em-poesia-os-desafios-das-mulheres-rurais.

> *maria da penha que nos proteja/ Da violência de nos submeter aos cargos de limpeza/De ler nos banheiros das faculdades hitleristas/ Fora macacos cotistas/ Pelo processo branqueador não sou a beleza padrão/ Mas na lei dos justos sou a personificação da determinação* (Yzalú, "Mulheres negras", 2012).

Essas vozes insurgentes em corpos marcados por diferentes atravessamentos, ao romperem com os silêncios impostos política, social, cultural e epistemologicamente, reverberam posicionamentos que confrontam os pressupostos que as colocam como não humanas, não inteligíveis, essencializadas, racializadas, tipificadas (cf. LUGONES, 2014). Transformam suas experiências, percepções e sentimentos em palavras, já que "falar é existir absolutamente para o outro" (FANON, 2008, p. 33). Deste modo, tornam-se sujeitas.

> Essa passagem de *objeto* a *sujeito* é o que marca a escrita como um ato político. Além disso, escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor "validada/o" e "legitimada/o e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada (KILOMBA, 2019, p. 28).

Suas existências enquanto sujeitas são desagregadas da exterioridade de uma escrita que escraviza seus corpos e lhes localiza, de acordo com Grada Kilomba (2019) como Outro, a quem a voz é negada e silenciada. É por meio da linguagem que os corpos negros e os demais corpos subalternizados são estigmatizados, haja vista que ao nomeá-los determina-se seus lugares (cf. FANON, 2008). Neste sentido, reinventar-se enquanto sujeito/a pelo poder da palavra e por meio da corporalidade, dos afetos e das memórias, se coloca com uma questão premente para a discussão em torno dos feminismos, haja vista que a constituição destes como teoria e prática política é marcada pelo ocultamento do racismo, do classismo e de um modo geral das diferenças. Assim, revisitarei de forma breve as teorias feministas evidenciando o tensionamento entre "igualdade e diferença" no que tange à construção e desconstrução da "mulher" enquanto categoria universal e identificando as dissidências e rupturas com a emergência de mulheres "marginais"[4].

Compreender os movimentos feministas no decorrer da história é um trabalho que requer certo cuidado, haja vista as inúmeras correntes, organizações e tendências criadas, principalmente no decorrer do século XX. Cláudia de Lima Costa (2002, p. 61) argumenta que atualmente, amplamente discutido na literatura, o feminismo passou a abarcar "uma extensa gama de discursos diversificados, resultando em uma grande variedade de feminismos". Esta heterogeneidade interna possibilitou ao movimento sua importância política

[4] Aqui utilizo marginais no sentido de uma localização destas mulheres às margens dos discursos e práticas feministas ocidentais, assim como do Norte global. Estão inseridas as mulheres latino-americanas, indígenas, negras, quilombolas, "terceiro-mundistas" em geral, camponesas, mulheres trans, lésbicas, mulheres de cor, mulheres sem-terra, ribeirinhas, entre outras condições/ situações/ identificações que as colocam como subalternizadas em relação ao Norte global.

ao considerar a necessidade de construção de articulações entre as diversificadas posições de sujeito, sem implicar em uma fragmentação e/ou enfraquecimento deste (COSTA, 2002). A fim de demarcar os feminismos em que localizo as mulheres sem-terra estabeleço uma distinção entre feminismos hegemônicos e contra hegemônicos. Os feminismos hegemônicos se vinculam a uma matriz euroamericana, branca, ocidental, eurocentrada, cisheterossexual, classe média e presente, principalmente, nos círculos acadêmicos (não apenas). Enquanto os feminismos contra hegemônicos se relacionam aos movimentos/tendências oriundas da ampliação/reformulação das demandas e perspectivas feministas com a inserção de outras sujeitas, as subalternizadas, de modo a enfrentar os silenciamentos impostos pelas feministas brancas em relação às mulheres de cor/não brancas/não ocidentais, ou mesmo ao falarem por elas. De acordo com Karina Bidaseca (2011) intenta-se introduzir uma narrativa feminina da subalternização a partir das falas e experiências das próprias subalternizadas.

Apesar das mobilizações e atuações das mulheres em diferentes contextos históricos e espacialidades, a história do feminismo ocidental/ hegemônico, enquanto movimento político e intelectual, é contada a partir de meados do século XVIII[5], desdobrando-se em distintos movimentos ao longo de quatro períodos, as chamadas "ondas" feministas (cf. CARNEIRO, 2019).

De acordo com Céli Regina Pinto Jardim (2010) a primeira onda localiza-se em meados do século XIX e início do século XX, pautada pelas reivindicações de mulheres brancas, heterossexuais e de classe média por direitos relacionados à sua incorporação ao espaço público (trabalho, educação e sufrágio universal). A segunda onda emerge nos anos 1960 e 1970 em um contexto de efervescência política e cultural na Europa e Estados Unidos, momento em que o feminismo ressurge denunciando, pela primeira vez, as relações de poder entre homens e mulheres. Este movimento transformou-se em um projeto intelectual e político para se pensar as ações e teorias engendradas pelas mulheres no sentido de apreenderem de maneira singular a dinâmica "sexuada das relações sociais, desmistificando uma tradição intelectual e científica que as havia excluído até então de seus locais de produção" (DESCARRIÈS, 2000, p. 10). Neste bojo, as teorias feministas ou estudos feministas se apropriam do conceito de gênero[6] para explicarem a relação de

[5] De acordo com Maria Elisabeth Ribeiro Carneiro (2019) um dos marcos fundamentais é a publicação da obra de Mary Wollstonecraft "Reivindicação dos Direitos da Mulher" em 1792, demarcando o início do chamado "feminismo liberal". Este ganha expressão na legislação que defende igualdade de educação, salário e oportunidade para as mulheres, tornando-se o princípio norteador das ações afirmativas que possibilitam a inserção das mulheres nas profissões, no sentido de garantir a estas os mesmos "direitos dos homens".

[6] Para Joan Scott (1995) gênero emerge junto às tentativas das feministas em estabelecer um campo teórico frente à inadequação das teorias existentes para explicar as desigualdades entre homens e mulheres. De um lado, em rejeição ao determinismo biológico ao afirmar o caráter social das distinções baseadas no sexo; por outro, ao evidenciar o aspecto relacional das definições normativas das "feminilidades". Gênero enquanto uma categoria de análise histórica é concebida pela autora como "elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder" (SCOTT, 1995, p. 21). Sendo assim, a relação

subordinação das mulheres no patriarcado[7]. A terceira onda ocorre a partir dos anos 1980, momento este em que há uma acentuação dos movimentos e do pensamento social rumo a uma radicalização da crítica ao essencialismo e às categorias da identidade, especialmente de sexo-gênero, raça-etnia e classe social (CARNEIRO, 2019). Uma quarta onda entra em cena a partir da década de 2000, ainda que não seja consensual, com a profusão de debates por meios digitais, a individualização do ativismo nos espaços virtuais e uma maior pulverização dos movimentos feministas diante de novas demandas, novas sujeitas e interseccionalidades (PEREZ; RICOLDI, 2018).

Sem esgotar a amplitude dos movimentos feministas no decorrer do século XX e XXI, é importante elucidar como determinados discursos tornaram-se hegemônicos no interior destes. Francine Descarriès (2000) percorre algumas das principais correntes do feminismo, evidenciando as discussões em torno da igualdade e diferença. Para a autora, a corrente predominante nos feminismos de primeira e segunda onda, por sua produção política e epistemológica, é identificada como "feminismo igualitário" ao reivindicar a igualdade de direito para todas as mulheres. Neste sentido, evocou-se uma identidade única para o movimento, assim como a constituição da "mulher" enquanto categoria universal e homogênea.

Apesar das críticas tecidas à biologização das mulheres nos discursos androcêntricos, Linda Nicholson (2000) afirma que, no sentido de estabelecer diferenças e semelhanças em relação ao determinismo biológico, as feministas conceberam o que ela intitulou de "fundacionalismo biológico"[8]. Depreende-se daí, que o feminismo igualitário reconhece a existência de diferentes normas impostas às mulheres, porém evidencia como uma dimensão comum à todas as mulheres do mundo a condição de subordinação pelo gênero ao patriarcado. A autora ainda afirma que com a permanência e mesmo as mutações do

entre homens e mulheres é gestada a partir de símbolos, normas, interdições e permissões que são impostas socialmente e naturalizadas no decorrer da vida. Estes símbolos estão engendrados em todos os espaços de sociabilidade e de veiculação ideológica como igrejas, escolas, instituições jurídicas, políticas, nas organizações sociais, entre outras.

[7] Segundo Lana Lima e Suellen Souza (2019) a palavra tem origem na combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem, comando), referindo-se a uma forma de organização familiar e social em que o homem, o patriarca, submete os outros membros da família ao seu domínio. Apropriando-se dos estudos marxistas que desvelam a origem social e histórica das desigualdades de poder entre homens e mulheres, os movimentos feministas, principalmente a partir dos anos 1960, passam a utilizá-lo para problematização das "relações de poder e domínio dos homens sobre as mulheres, particularmente nas relações conjugais" (LIMA; SOUZA, 2019, p. 579). Apesar das variações enquanto fenômeno histórico, a família patriarca é vista como mantenedora do poder masculino sobre os demais membros, não se limitando ao espaço doméstico, mas a todos os âmbitos da vida social. Em crítica ao conceito de patriarcado, amplamente utilizado pelas teóricas feministas hegemônicas, Avtar Brah (2004) destaca o risco deste incidir em um conceito histórico, universalista e essencialista. A autora prefere manter o conceito de "patriarcal", já que as relações patriarcais podem ser vistas como uma forma específica das relações de gênero em que as mulheres habitam uma posição subordinada, mas não a única possibilidade de se pensar tais relações.

[8] Nicholson (2000) concebe este como uma noção do relacionamento entre corpo (biologia), personalidade e comportamento. Tal noção possibilitou às feministas incorporar do determinismo biológico a definição de que as constantes biológicas determinam as constantes sociais, porém como forma de distinção em relação a este evidenciaram que as constantes sociais são passíveis de transformação. Se o corpo é o suporte onde as normas são instituídas é possível determinar as diferenças entre as mulheres e as semelhanças, já que este é visto como um "porta-casacos" comum a todas as mulheres, mas que cada sociedade impõe normas diferentes de personalidade e comportamento.

fundacionalismo biológico, redimensionados a partir da redução da análise à oposição binária entre o masculino e feminino, há o escamoteamento de outras maneiras de performar os corpos e de vivenciar as sexualidades. Por outro lado, na tentativa de definir as diferenças entre homens e mulheres, foram criadas caracterizações que incidiram na determinação de uma "essência" ou "natureza" feminina (NICHOLSON, 2000).

> O uso do conceito mulher traz implicito tanto a dimensão do sexo biologico como a construção social de gênero Entretanto a reinvenção da categoria mulher frequentemente utiliza os mesmos estereotipos criados pela opressão patriarcal - passiva emocional etc - como forma de lidar com os papeis de gênero Na pratica aceita-se a existência de uma natureza feminina e outra masculina fazendo com que as diferenças entre homens e mulheres sejam percebidas como fatos da natureza Dessa perspectiva a opressão sexista e entendida como um fenômeno universal sem que no entanto fiquem evidentes os motivos de sua ocorrência em diferentes contextos historicos e culturais[9] (BAIRROS, 1995, p. 459).

Deste modo, a constituição da categoria mulher incidiu em um apagamento das diferenças ancoradas na classe, sexualidade, raça, geração, entre outros marcadores. O que provocou um movimento de interpelações das estruturas do movimento feminista a partir do momento em que estes outros marcadores sociais são agregados aos debates, irrompendo seu caráter predominantemente burguês-liberal de outrora. Mulheres negras, mulheres de cor, trabalhadoras pobres e lésbicas impuseram ao movimento feminista novas agendas, configurando-se então feminismos plurais e interseccionais. Assim como a difusão do movimento para outras espacialidades, implicou em debates tangenciados em torno da colonialidade, das subalternidades e da relação entre centro-periferia.

Estas críticas reverberam um cenário mais amplo de questionamentos direcionados não apenas aos feminismos e movimentos sociais de uma forma geral, mas também às universidades. Mediante um contexto de profunda crise econômica e política no mundo nos anos 1970 e o acirramento das tensões raciais nos países colonizadores/ colonizados, Avtar Brah (2004) salienta a pouca preocupação no campo acadêmico, principalmente na Grã-Bretanha, com temáticas relacionadas a estes processos e seus desdobramentos. Temas como o trabalho pós-colonial, o racismo nas práticas e políticas culturais brancas do Estado colonizador, a radicalização da subjetividade negra e branca no contexto do fim do Império colonial (no caso da Grã-Bretanha), assim como as particularidades da opressão das mulheres negras no interior da teoria e prática feminista, foram pouco incorporados aos debates acadêmicos e às agendas dos movimentos sociais, em particular pelos feminismos (BRAH, 2004).

[9] A citação mantém a mesma estrutura narrativa do texto original, sem acentuação e pontuação.

O encobrimento dos debates acerca do racismo e da colonialidade no interior do Estado, da sociedade e dos movimentos sociais, são colocados em xeque, especialmente pelo feminismo negro. Denunciado como parte da estrutura colonial, o feminismo branco é visto por Brah (2004), mediante sua afirmação ideológica de "aberto para todos", como legitimador de todo tipo de exclusões, haja vista não incorporar as discussões em torno do racismo e das experiências dos grupos racializados de mulheres. Diante disso, o feminismo negro forçou a abertura dos discursos que afirmavam a primazia da classe ou do gênero em relação aos demais eixos de diferenciação, questionando ainda a construção desses significantes privilegiados como núcleos unificados autônomos (BRAH, *op. cit*). Para a autora o feminismo negro desafiou o racismo fundado na cor, impulsionou a desestabilização do sujeito unitário masculino e de qualquer interpretação da "mulher" como categoria unitária.

A dupla posicionalidade das mulheres negras impulsionou suas lutas e organizações contra as matrizes de opressão que cercavam suas existências e não eram representadas nos movimentos negros e feministas. Para Patrícia Hill Collins (2016) o feminismo negro se constitui a partir do aprimoramento das ideias das mulheres negras em junção com os movimentos pela igualdade racial e sexual. Ao extrapolarem os movimentos que supostamente defenderiam seus interesses, as mulheres negras desmascararam o racismo presente nos feminismos brancos, assim como o sexismo nos movimentos negros, ampliando a abordagem de sua condição por meio da articulação entre gênero, raça e classe. Reverberando as lutas das mulheres negras ao longo da história "para serem sujeitos políticos e produzindo discursos contra hegemônicos" (RIBEIRO, 2017, p. 21).

Outrossim, diversas intelectuais insurgentes negras e de cor, como bell hooks, Ângela Davis, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Glória Anzaldúa, evidenciam que a demarcação das diferenças restritas ao gênero não consegue dimensionar a multiplicidade de realidades e/ou identificações em que as diversas mulheres se localizam, haja vista que estas são recortadas por outras discriminações. Nesse sentido, Kimberlé Crenshaw (2004, p. 8) desenvolve o conceito de interseccionalidade com o propósito de demonstrar como a discriminação racial e a discriminação de gênero operam juntas, "limitando as chances de sucesso das mulheres negras". Sendo assim, as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias de discriminação de gênero e discriminação racial. A interseccionalidade é vista, deste modo, como um desafio ao abordar "as diferenças na diferença". O que indica ainda a necessidade de se compreender que existem diferentes categorias de discriminação, sugerindo que nem sempre os grupos são distintos, mas podem ser sobrepostos por intersecções de raça, gênero, classe, sexualidade, geração, entre outras.

> A interseccionalidade visa dar instrumentabilidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que as mulheres

> negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniai (AKOTIRENE, 2019, p. 19).

Estes apontamentos elencados pelas feministas negras ao universalismo feminista e o próprio conceito de interseccionalidade são incorporados pelas feministas latino-americanas e demais feministas "terceiro-mundistas" no intuito de compreenderem suas realidades marcadas por processos de subalternização em face da colonialidade [10]. Dentro desta perspectiva, Karina Bidaseca (2011) no sentido de explicar a subalternidade feminina latino-americana, tece duas teses que se articulam com o pensamento feminista negro a partir dos estudos (pós) coloniais: de um lado, considera que o racismo e a colonialidade constituem as relações de gênero; e por outro lado, argumenta que o feminismo branco se inscreve em uma narrativa imperialista local ao sustentar uma "retórica salvacionista" em relação às mulheres de cor. Apropriando-se da reflexão de bell hooks, Bidaseca identifica no feminismo contemporâneo a permanência da ideia de que a raiz de todos os problemas das mulheres é o patriarcado e que a erradicação da opressão sexista conduzirá à eliminação de todas as demais formas de opressão. Para a autora a cisão entre patriarcado e racismo pelas feministas brancas, possibilita a manutenção da exploração e opressão exercida por estas. Deste modo, sexismo, racismo e exploração de classe são vistos por Bidaseca como constituidores de sistemas interrelacionados de dominação e determinantes para as agências femininas.

Na mesma direção, Rita Segato (2012) ao deslindar as relações entre gênero e colonialidade, reafirma a posição de Bidaseca acerca da retórica salvacionista das feministas brancas. Segundo Segato, o feminismo eurocêntrico (branco) ao afirmar que o problema da dominação de gênero/ dominação patriarcal é universal, justifica sob a bandeira de unidade, a possibilidade de transmitir às mulheres não brancas, indígenas e negras, dos continentes colonizados, os avanços da modernidade no campo dos direitos. O que implica na sustentação de uma posição de superioridade moral das mulheres europeias/ eurocentradas autorizando a intervenção por meio da missão civilizadora-colonial/ modernizadora. Tal posição é compreendida pela autora como a-histórica e anti-histórica, já que encerra a história no

[10] O conceito de colonialidade é articulado por Aníbal Quijano (2005). Para Quijano, esse novo padrão mundial de poder é iniciado com a constituição da América no século XVI e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado que culmina na globalização atual. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial a partir da ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica de dominação colonial e que desde então perpassa as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo a sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Este eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, porém mais duradouro e estável que o colonialismo, matriz em que se estabeleceu, e deu origem ao elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico. De acordo com Walter Mignolo (2017) a matriz colonial de poder opera através de quatro domínios inter-relacionados: o controle da economia; da autoridade; do gênero e da sexualidade; e do conhecimento e da subjetividade. A base de sustentação destes domínios centra-se no fundamento racial e patriarcal do conhecimento, o que provocou a imposição de uma lógica cristã, branca, androcêntrica, heteronormativa. Estabelecendo-se não apenas uma colonialidade do poder, mas também do ser e do saber por meio da regulação das formas de vida, sociedade e economia (MIGNOLO, 2014).

interior de um cristal de tempo lentíssimo quase estagnado do patriarcado e, sobretudo, encobre a virada radical introduzida pelo tempo colonial/moderno das relações de gênero. Assim, raça e gênero foram instalados a partir de rupturas epistêmicas que fundaram novos tempos: colonialidade para raça; espécie para gênero. Redimensionando as relações de gênero pré-existentes dentro de relações patriarcais nomeadas pela autora como "patriarcado de baixa intensidade".

Em outro viés, María Lugones (2014) considera que as categorias de raça, classe, sexualidade e gênero foram instituídos de maneira dicotômica e hierarquizada dentro do projeto de poder colonial, capitalista e moderno, com o intuito de estabelecer a classificação dos povos subalternizados, mas também para promover o "processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos" (LUGONES, 2014, p. 939). A partir do referencial da colonialidade do poder de Aníbal Quijano e das reflexões de intelectuais insurgentes como a africana Oyèrónke Oyewúmi e Patrícia Hill Collins, elabora a "colonialidade do gênero" como análise da opressão de gênero racializada capitalista. Neste sentido, Lugones afirma que o processo de opressão das mulheres subalternizadas se dá por meio de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista e heterossexualismo. A possibilidade de superação da colonialidade do gênero é compreendida pela autora como feminismo decolonial. Este se coloca como uma resistência à dominação, um feminismo epistemológico construído por mulheres que vivem no entre-lugar[11] e que sofrem diversas opressões conectadas, como um contraponto de resistência a opressões múltiplas.

Para Yuderkys Espinoso Miñoso (2016) o feminismo decolonial é oriundo de correntes críticas anteriores como o feminismo negro, o feminismo de cor, o feminismo pós-colonial, assim como o feminismo materialista francês e o feminismo pós-estruturalista. Avança em relação a estes no sentido de colocar em dúvida a unidade das "mulheres" de uma forma radicalmente inédita, já que parte de um ponto de inflexão em diálogo com o "giro decolonial" de reinterpretação da história a partir da chave crítica da modernidade, não somente por "seu androcentrismo e misoginia, como fez a epistemologia feminista clássica, mas por seu caráter intrinsicamente racista e eurocêntrico" (MIÑOSO, 2016, p. 144; tradução minha).

Compreendo assim que os deslocamentos epistemológicos propostos pelos feminismos negros e decoloniais se articulam em duas frentes: primeiro no enfrentamento da instância enunciativa da matriz colonial fundamentada no racismo e nas relações patriarcais, haja vista que "as diferenças coloniais e imperiais também moldaram relações patriarcais, uma vez que as relações hierárquicas sexuais dependem muito, no mundo

[11] A autora faz uma referência clara à Glória Anzaldúa e a condição de fronteiriça; o "entre lugar" como lócus de encontro e de possibilidade.

moderno/colonial, da classificação racial" (MIGNOLO, 2017, p. 10). Segundo, na desconstrução dos discursos coloniais e salvacionistas engendrados pelo feminismo clássico e hegemônico, desenvolvido por "um grupo concreto de mulheres, que por suas origens de classe, etnia, raça, nacionalidade e por sua situação geográfica possuem e desfrutam de uma vantagem epistêmica" (MENA, 2017, p. 95; tradução minha).

"*LUGAR DE MULHER É NO TANQUE... DE GUERRA*"[12]: CONVERGÊNCIAS ENTRE OS FEMINISMOS CONTRA HEGEMÔNICOS E OS MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA

> *Imagine viver em mundo onde não há dominação, em que mulheres e homens não são parecidos nem mesmo sempre iguais, mas que em noção de mutualidade é* o ethos *que determina nossa interação. Imagine viver em um mundo onde todas nós podemos ser quem somos, um mundo de paz e possibilidades. Uma revolução feminista sozinha não criará esse mundo; precisamos acabar com o racismo, o elitismo, o imperialismo. Mas ela tornará possível que sejamos pessoas – mulheres e homens – autorrealizadas, capazes de criar uma comunidade amorosa, de viver juntas, realizando nossos sonhos de liberdade e justiça, vivendo a verdade de que somos todas e todos "iguais na criação". Aproxime-se. Veja como o feminismo pode tocar e mudar sua vida e a de todos nós. Aproxime-se e aprenda, na fonte, o que é o movimento feminista. Aproxime-se e verá: o feminismo é para todo mundo* (BELL HOOKS; "O feminismo é para todo mundo", 2018).

Os feminismos se colocam como um campo de disputas, tensionamentos e fissuras nos espaços públicos, políticos e midiáticos. A agregação de discursos e práticas diversificadas potencializaram os movimentos feministas, em suas diferentes composições, dentro das lutas políticas e sociais em uma grande parte do mundo. Dissemina-se conquistas alcançadas, debates e mesmo a produção de anti-feminismos em múltiplos espaços e grupos sociais. Os feminismos introduziram de acordo com Margareth Rago (2013), outras maneiras de organização do espaço, outras práticas no cotidiano e outras formas de pensar no campo da produção científica, da formulação de políticas públicas e mesmo das relações corporais, subjetivas, amorosas e sexuais, assim como conferiu novos sentidos às ações das mulheres em sua diversidade e sua participação na vida social, política, econômica e cultural. Assim, as "mudanças feministas já tocaram a vida de todas as pessoas de forma positiva" (HOOKS; 2018, p. 15).

Como palco desse alargamento e difusão dos feminismos, os movimentos na América Latina são protagonizados por meio dos confrontos entre os discursos hegemônicos e contra hegemônicos. Nos anos 1970 o

[12] Utilizo aqui a "palavra de ordem" proferida por mulheres e homens acampados vinculados ao MST, no Acampamento Leonir Orbak, em Santa Helena de Goiás, em ocasião de uma roda de conversa organizada por mim em pesquisa de campo no local entre os dias 10 e 12 de janeiro de 2020.

feminismo ganha força entre mulheres brancas e intelectuais latino-americanas em um contexto marcado pelas ditaduras militares. Dessa forma, a entrada do feminismo na América Latina ocorre de maneira atrelada ao campo das esquerdas e à luta pela democratização aliando-se, especialmente no Brasil, às lutas de mulheres populares por melhores condições de vida (ALVAREZ, 2004).

A incorporação dos debates feministas foi solapada pela urgência em lutar contra as ditaduras militares e pelos discursos das esquerdas que reafirmavam a predominância da classe diante das demais opressões, o que gera inúmeras disputas entre os feminismos e os movimentos sociais. Em meados dos anos 1990, Valeria Hasan (2011) identifica o acirramento de disputas no cerne dos feminismos em duas frentes: de um lado o "feminismo institucionalizado", emergido no processo de institucionalização do feminismo por meio da criação das organizações não-governamentais (ONGs) e de um discurso autorizado (no entanto hegemônico) que a liberação das mulheres latino-americanas seria alcançado com a plena participação destas nas instâncias de poder, restringindo a luta ao campo eleitoral; por outro lado, a efervescência de práticas feministas autônomas e contra hegemônicas, em oposição e enfrentamento ao processo de controle dos movimentos populares e identitários pelos governos que impuseram a hegemonização do feminismo das instituições e a ratificação da imposição de uma" americanidade feminina hegemônica" com a intenção de "apagar a expressão rebelde da cultura feminista: a luta contra a modernidade colonial e racista, a reinvindicação das culturas originárias, etc." (HASAN, 2011, p. 384).

Diante dessas considerações, levanto a seguinte questão: como é possível localizar as mulheres sem-terra neste cenário de disputas no interior dos feminismos e entre estes e os movimentos sociais? Sem a intenção de encerrar os debates, teço alguns *insights* possíveis em relação ao entrecruzamento entre a luta pela terra e os feminismos no Brasil contemporâneo.

Um primeiro *insight* possível, é a efervescência dos movimentos sociais a partir do período de redemocratização (final dos anos 1970 e anos 1980). Para além da luta pela redemocratização e em oposição ao regime civil militar, uma série de outras mobilizações são erigidas neste contexto, como a rearticulação dos partidos políticos, principalmente ligados às esquerdas, as diversas organizações da sociedade civil, a ação dos sindicatos trabalhistas, as greves de trabalhadores urbanos, os movimentos de mulheres nos grandes centros urbanos, a emergência dos chamados movimentos identitários (as associações indígenas, os movimentos negros, o movimento de gays e lésbicas, o movimento ambientalista, entre outros), e especialmente os movimentos feministas e os diversos movimentos no espaço rural. Uma multiplicidade de ações coletivas e de agentes tomam os espaços das ruas, das instituições sociais e meios midiáticos, estabelecendo alianças, oposições e conflitos entre aportes ideológicos e estratégias de lutas.

É neste cenário que emergem as organizações de mulheres camponesas e trabalhadoras rurais, cujas pautas

vinculam-se ao reconhecimento de suas existências, do direito à propriedade e aos demais direitos sociais e trabalhistas, de um lado; por outro em denúncia às relações de poder desiguais e falta de representantividade no cerne de movimentos sociais mistos (LIMA, 2012). Em uma arena de disputas políticas e ideológicas, estes movimentos autônomos de mulheres no campo, com diferentes composições e perspectivas, se colocam de maneiras diferenciadas frente às pautas feministas.

Para Losandro Tedeschi (2016) a formação de movimentos de mulheres no campo foi influenciada pelo movimento feminista e pela Teologia da Libertação. Apesar destas interfaces com o feminismo, estas mulheres camponesas e trabalhadoras se limitarão na década de 1970 a lutar pelos direitos sociais, sem tocar nas questões relativas às relações de gênero, poder e trabalho no mundo rural; reproduzindo assim, a lógica das relações patriarcais. Nas décadas posteriores, a inserção dos feminismos nos contextos rurais é percebida sensivelmente, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) e do Movimento de Mulheres Camponesas que passam a reivindicar um feminismo camponês (LIMA, 2012).

Especificamente, em relação às mulheres sem-terra no MST[13], estão localizadas no interior de um movimento misto, em que a base de mobilização é a família, incidindo em uma diversidade de corpos sexuados e racializados unificados em torno da bandeira de luta pela terra e transformação social e ainda na constituição de uma "identidade camponesa sem-terra". Dentre esta diversidade de sujeitos, as mulheres sem-terra são protagonistas da luta por terra e da luta na terra, já que "constroem e reconstroem estratégias cotidianas de resistências e de fortalecimento de suas identidades" (FARIAS, 2011, p. 94). Ao mesmo tempo em que se colocam como protagonistas das lutas, enfrentamentos e estruturação de suas comunidades, se deparam com a permanência de relações assimétricas e desiguais no interior destas novas comunidades (acampamentos e assentamentos).

> As mulheres vivem a experiência de/em seu corpo de maneiras criativas, livres, mas também controladas, em um fluxo entre as possibilidades de criarem mentes e corpos novos e inusitados, no entanto, há o meio da travessia, que pode apresentar surpresas orientadas por várias formas de dominação e controle das subjetividades, bem como a presença de violência física e psicológica, esta invisibilizada (FARIAS, 2011, p. 96).

Estes paradoxos no interior do MST revelam a

[13] O MST foi criado oficialmente em 1984 durante o I Encontro Nacional dos Sem Terra na cidade de Cascavel, Paraná. Surge no contexto da intensificação das ocupações de terra e da emergência de inúmeros movimentos sociais no campo ao final dos anos 1970. Grande parte destas mobilizações são apoiadas pela Igreja Católica, partidos da oposição em vias de legalização e pelo "novo" sindicalismo em ascensão (FERNANDES, 1998). Segundo Bernardo Mançano Fernandes (1998) o MST origina-se a partir das experiências de luta e conscientização promovidas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), ambas vinculadas à Igreja Católica. Ainda como referências históricas para o MST são as ocupações de terra ocorridas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

constante luta das mulheres sem-terra em superar a predominância, mesmo que de forma residual, dos espaços decisórios como espaços masculinizados e embranquecidos de um lado. Por outro lado, o campo de disputas gestado em torno do reconhecimento da necessidade/importância da inclusão das demandas específicas das mulheres nas pautas e objetivos do movimento pelos dirigentes, que demarca a história do movimento e da atuação das mulheres. As mulheres sem-terra, como expresso por Gema Esmeraldo (2007), são compreendidas na homogeneidade da classe trabalhadora, desta maneira nem sempre foram reconhecidas as diferenças de sexo/gênero. Para a autora dois sentidos podem ser atribuídos às dificuldades de consolidação das pautas feministas e reconhecimento das lutas específicas das mulheres:

> Primeiro, de que, num movimento de caráter classista não cabe a visibilidade de um outro sujeito, no caso o sujeito sexuado - a mulher; e, segundo, de que o reconhecimento da ação militante da mulher possa implicar no reconhecimento de interesses diferenciados reivindicados pela mulher, que possam comprometer a unidade, os objetivos e as ações da classe trabalhadora em formação (ESMERALDO, 2007, p. 04).

Esta discussão trazida por Esmeraldo, aproxima-se da postura predominante em grande parte dos movimentos sociais e das esquerdas na segunda metade do século XX, conforme apontado por Céli Regina Jardim Pinto (1997), o de não reconhecimento das diferenças nas lutas dos oprimidos[14]. Este modelo de atuação determina a vinculação ao movimento não apenas por seu caráter ideológico, mas também de um "modelo comportamental". Para a autora, o MST reverbera tal modelo na constituição de uma "identidade camponesa sem-terra", o que excluiria, inicialmente, de seu campo de perspectivas as discussões em torno das "diferenças" sexuais, de gênero, étnicas, raciais, entre outros marcadores, vistos como desvios.

Entrementes, as mulheres sem-terra subvertem os interditos dentro do movimento constituindo espaços próprios de socialização, formação e de produção. Para Esmeraldo (2006) as diferentes formas de atuação das mulheres no MST, relacionadas a ocupação de instâncias dirigentes ou não, assim como a composição e as formas de organização dos acampamentos e assentamentos, evidenciam uma maior aproximação/ vinculação em relação às perspectivas feministas. Enquanto as mulheres dirigentes se auto identificam como feministas, as mulheres militantes nos assentamentos, organizadas em projetos de cooperação e produção, experimentam e criam estratégias de proteção, de autoafirmação e de empoderamento, impulsionando a conexão com outras redes de mulheres. Desta forma, as mulheres buscam romper fronteiras no campo da atuação política e produtiva, superando a fronteira casa-quintal, por

[14] Céli Pinto (1997) identifica neste contexto três posturas: a primeira, já citada, não reconhece diferenças no interior das lutas dos oprimidos; a segunda, vislumbra, de forma niilista, apenas um grande jogo das diferenças, sem possibilidade de articulação entre elas; e a terceira busca articular as diferenças em lutas comuns.

meio de uma luta silenciosa e sutil contra as relações patriarcais (ESMERALDO, 2006).

> Nas práticas das mulheres assentadas, se delineiam linhas de fuga produzidas para criar novas maneiras de ocupar tempos-espaços; para ampliar os limites do instituído; para romper com o paradoxo do poder instituído.
> Cabe então falar de feminismos a partir das práticas dessas mulheres invisíveis à luz dos movimentos hegemônicos feministas? Com certeza que sim. As mulheres assentadas estão também a construir práticas de reconhecimento social, de afirmação de suas diferenças, de reivindicação de um lugar político enquanto sujeito mulher na sua diversidade. (...) Ressignificam o feminismo e experimentam práticas feministas (ESMERALDO, 2006, p. 113).

Deste modo, chego ao último *insight*: o ponto central das discussões engendradas aqui e na pesquisa com mulheres sem-terra não é se existe ou não se existe feminismo no MST ou nos demais movimentos de luta pela terra; mas sim a forma como os feminismos são ressignificados nas práticas, narrativas e experiências das mulheres sem-terra. Aproximo estas ressignificações, novas leituras dos feminismos em contextos rurais dos feminismos contra hegemônicos, haja vista que são sujeitas invisibilizadas nos discursos hegemônicos, enquadradas como demandantes da retórica salvacionista do feminismo branco/ocidental, mas que a partir de seus pontos de vista e na referencialidade da luta pela terra se articulam a outras mulheres latino-americanas que estão "tecendo resistências rebeldes e criativas. Mulheres organizadas em movimentos sociais, gritando, criando estratégias de transformação de suas realidades e as de seus países" (KOROL, 2016, p. 12).

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

As mulheres sem-terra produzem suas subjetividades a partir da luta pela (re)existência em seu cotidiano de trabalho, da família, de reprodução e produção ao demarcarem suas posições enquanto sujeitas em um processo de exclusão social. Assim, os processos de produção destas identidades enquanto mulher, trabalhadora, camponesa, sem-terra, feminista, depreende-se da natureza discursiva da experiência[15] e na política da sua construção, já que não são

[15] Joan Scott (1999) problematiza o conceito de experiência na produção de historiadores da diferença. Ao documentarem a vida dos esquecidos e apagados dos relatos sobre o passado, os historiadores desafiam a história normativa ao produzirem novas evidências ignoradas tradicionalmente na escrita histórica. A multiplicação de "estórias", como também de sujeitos, evocam uma mudança epistemológica, já que evidencia que a existência de histórias escritas a partir de perspectivas ou pontos de vista fundamentalmente diferentes, remetendo a uma incompletude da verdade. Porém os efeitos negativos de tornar a "experiência" visível e em documentá-la, tornando-a evidência, reproduz os sistemas ideológicos estabelecidos; impedindo assim, um exame crítico do funcionamento do sistema e de sua historicidade. Para Scott é preciso dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam os sujeitos e produzem suas experiências. Experiência neste sentido não se torna a origem da explicação/ evidência autorizada ou fundamento do conhecimento, ela é aquilo que o historiador busca explicar, sobre o qual se produz o conhecimento – o que implica em historicizá-la, assim como as identidades que ela produz.

indivíduas unificadas, autônomas, mas são sujeitas, nas palavras de Joan Scott (1999, p. 42) "cujo agenciamento é criado através de situações e posições que lhes são conferidas". Estas condições não são meramente impositivas, também são escolhas ao passo que os discursos são compartilhados, a experiência é individual e coletiva.

Diante destas considerações, reafirmo a necessidade de me orientar por uma epistemologia situada e localizada, a partir do entrecruzamento das epistemologias do Sul global com as teorias feministas, especificamente por meio do feminismo decolonial. A partir do campo epistemológico, compreendo que a interlocução entre o "eu-pesquisadora" e as mulheres sem-terra, se dá por meio de um movimento dialógico, só possível se a condução da pesquisa for partilhada entre nós.

Ao me aventurar entre narrativas e trajetórias de mulheres sem-terra surgem questionamentos relacionados às ferramentas de análise dispostas no diapasão das ciências, não apenas a História, mas as demais que dialogam na construção das reflexões aqui presentes. Quais as implicações da crítica feminista para a produção do conhecimento de modo mais amplo e em específico para o conhecimento histórico? Quais os impactos trazidos a este campo de conhecimento com a emergência de outros/as sujeitos/as? Como pensar a escrita da história a partir das narrativas orais de mulheres até então invisibilizadas? Como redefinir esse campo a partir de outros conhecimentos e saberes produzidos a partir das margens?

Deste modo, seguindo a perspectiva de Donna Haraway (1995), a prática chave está no "posicionar-se" o que implica em responsabilização pelas práticas, distanciando-se da perspectiva do olhar ocidental que separa sujeito e objeto e se estabelece a partir da universalidade e da não-corporificação, da não localização. O que implica em uma outra relação com o objeto do conhecimento, este deixa de ser inerte e passivo e passa a ser visto como agente.

> Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de "conhecimento objetivo" (HARAWAY, 1995, p. 33).

Em diálogo com o ponto de vista feminista de Patrícia Hill Collins (2016) é necessário reconhecer os entrecruzamentos entre as experiências pessoais das mulheres sem-terra em face das relações de dominação e suas formas de resistência. Deste modo, as narrativas destas mulheres devem ser consideradas como formas privilegiadas de apreensão de suas histórias, memórias e sensibilidades, assim como posicionamentos únicos frente a suas trajetórias marcadas por violências, exclusões e abandonos. Para tanto, requer que eu abrace, aproximando-me de Collins, as inflexões epistemológicas para que sejam reveladas as potências das experiências das/os oprimidas/os, a pluralidade de pensamento e de interpretações nas ciências humanas, e em específico na ciência histórica.

Deste modo, a reconfiguração dos saberes históricos e das epistemologias ocidentais por meio das inquietações e interpelações dispostas no presente artigo me conduz a uma proposta metodológica que dialogue com as experiências e saberes produzidos pelas interlocutoras da pesquisa. Por meio da história oral os gestos, palavras e sentimentos são apreendidos pelo olhar e escuta atentos desta historiadora; por meio da metodologia da proximidade, tenho me inserido em comunidades com o intuito de estabelecer interconexões e diálogos que não se encerram no trabalho de campo, mas no aprofundamento das vivências compartilhadas em suas cotidianidades; por fim, recorro às rodas de conversa, apropriadas das metodologias de pesquisa-ação feministas, no sentido de provocar as interações entre o eu-pesquisadora e as interlocutoras da pesquisa, assim como entre elas, momentos em que as expressões da coletividade são identificadas ao mesmo tempo que a representação de suas subjetividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019 (Col. Feminismos Plurais).

ALVAREZ, Sonia E. *A política e o político na tessitura dos movimentos feministas no Brasil e na América Latina*. In: GONÇALVES, Eliane (org.). *Desigualdades de gênero no Brasil:* reflexões e experiências. Goiânia: Grupo Transas do Corpo, 2004, p. 15-32.

ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*, ano 8, n. 01, 2000. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880. Acesso em: 15/09/2019.

BIDASECA, Karina. *Mujeres blancas buscando salvar a las mujeres color café de los hombres color café. O reflexiones sobre desigualdad y colonialismo jurídico desde el feminismo poscolonial.* In: BIDASECA, Karina. LABA, Vanesa Vazquez (comps.). *Feminismos y poscolonialidad*: descolonizando el feminismo desde y en América Latina. Ediciones Godot Argentina, 2011, p. 85-107.

BRAH, Avtar. *Diferencia, diversidad, diferenciación*. In: hooks, bell (et al). *Otras inapropiable*s: feminismos desde las fronteras. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004, p. 107-136.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: *feminismo e subversão da identidade*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARNEIRO, Maria Elisabeth Ribeiro. *Feminismo-Feminismos.* In: COLLING, Ana Maria. TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). Dicionário crítico de gênero. 2ª ed. Dourados, MS: UFGD, 2019, p. 251-254.

COLLINS, Patrícia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. *Sociedade e Estado*, vol. 31, n. 01, jan./abr. 2016, pp. 99-127. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf. Acesso em: 02/07/2019.

COSTA, Cláudia de Lima. *O sujeito no feminismo: revisitando os debates.* Cadernos Pagu [online], 2002, n. 19, pp. 59-90. Disponível

em:http://www.scielo.br/pdf/cpa/n19/n19a04.pdf. Acesso em: 04/01/2020.

CRENSHAW, Kimberlé. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

DESCARRIÈS, Francine. *Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural.* Textos de História, vol. 8, nº 1, 2000.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. *Lutas de Mulheres Sem Terra para a afirmação de novas subjetividades*. Anais XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife – PE, 29 de maio a 01 de junho de 2007. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=search_result&Itemid=171.

_____. *Ressignificações do feminismo e da política em práticas de mulheres assentadas*. In: VALE, Alexandre Fleming Câmara. PAIVA, Antonio Crístian Saraiva (orgs.). Estilísticas da sexualidade. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará; Campinas: Pontes Editores, 2006, p. 95-114.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo*: *políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

FANON, Frantz. *O negro e a linguagem*. In: *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 33-51.

FARIAS, Marisa de Fátima Lombas. *As mulheres no Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).* Anais do XXVI Simpósio Nacional da Anpuh. São Paulo: julho de 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308085912_ARQUIVO_MARISA_LOMBA_DE_FARIAS_14.06.2011.pdf. Acesso em: 02/06/2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – Brasil*. Revista NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, n. 1, ano 1, pp. 02-44, 1998. Disponível em: http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1495-4357-1-PB.PDF. Acesso em: 20/01/2020.

GONÇALVES, Renata. *(Re) politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST.* Mediações, Londrina, vol. 14, n.2, p. 198-216, jul./dez. 2009. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4514 Acesso em: 10/10/2019.

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.* Cadernos Pagu (5), 1995, p. 07-41. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828. Acesso em: 06/07/2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: *episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOROL, Claudia. Feminismos populares. *Las brujas necessárias em los tempos de cólera.* In:*Feminismos populares*: pedagogías y políticas. Buenos Aires: El Colectivo; Editorial Chirimbote; America Libre, 2016, p. 15-26.

LIMA, Lana Lage da Gama. SOUZA, Suellen André de. Patriarcado. In: COLLING, Ana Maria. TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. 2ª ed. Dourados, MS: UFGD, 2019, p. 578-582.

LIMA, Márcia Maria Tait. *Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistências aos cultivos transgênicos no Brasil e na Argentina*. 2014. 135f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas-SP.

LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577. Acesso em: 06/10/2019.

MENA, Ana Marcela Montanaro. *Una mirada al feminismo decolonial em América Latina*. Madrid: Dykinson, 2017.
MIGNOLO, Walter. *Introducción: ¿Cuáles son los temas de género y (des) colonialidad.* In: MIGNOLO, Walter (comp.). Género y descolonialidad. 2ª ed. Buenos Aires: Del Signo, 2014.

_____. *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 32, nº 94, junho/2017. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092017000200507&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 07/10/2019.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. *De por qué es necessário um feminismo descolonial: diferenciácion, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad*. Solar, anõ 12, volumen 12, nº 01, Lima, pp. 143-171, 2016. Disponível em: http://revistasolar.org/wp-content/uploads/2017/07/9-De-por-qu%C3%A9-es-necesario-un-feminismo-descolonial...Yuderkys-Espinosa-Mi%C3%B1oso.pdf. Acesso em: 17/07/2019.

MST. *Um feminismo que combata as opressões e compreenda a realidade do campo*. Reportagem postada no sítio do movimento em 22 de setembro de 2017. Disponível em: https://mst.org.br/2017/09/22/um-feminismo-que-combata-as-opressoes-e-compreenda-a-realidade-do-campo/. Acesso em: 13/01/2020.

_____. Caderno de Educação nº 15: *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 1988. Disponível em: http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos. Acesso em: 07/10/2019.

NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero*. Estudos Feministas. Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9, jan. 2000. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index/ref/article/view/1917/38460. Acesso em: 23/03/2019.

PEREZ, Olívia. RICOLDI, Arlene. *Uma quarta onda feminista? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. 42ª Reunião* Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 22 a 26 de outubro de 2018. Disponível em: https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt08-27. Acesso em: 10/01/2020.
PINTO, Céli Regina Jardim. *A sem-terra sem roupa.* Estudos Feministas, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 02, 1997, p. 366-373. Disponível em:https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12153/11423. Acesso em: 10/11/2019.

_____. *Feminismo, história e poder*. Rev. Sociol. Polít. Curitiba, vol. 18, n. 36, p.15-23, jun. 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*: *eurocentrismo e ciências sociai – perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 117-142.

RAGO, Margareth. Introdução: Balizas. In: *A aventura de contar-se*: *feminismos, escritas de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Unicamp, 2013, p. 23-59.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

SCOTT, Joan: Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), pp. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em:https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721. Acesso em: 10/12/2020.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *História de mulheres que lutam: a construção do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Noroeste do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2016.